

# Quando ser grande atrapalha

PAULO RABELLO DE CASTRO

Neste surpreendente final de século, não só as inovações tecnológicas causam impacto, mas também as transformações na organização econômica de países e até de continentes. A globalização contesta a tese da fronteira nacional rígida, empurrando os países na direção de organizar mercados mais amplos e abertos ao âmbito continental. O maior exemplo é o mercado comum da Europa unificada, do qual fará parte, inclusive, a nação portuguesa.

Entretanto, outras regiões enfrentam o cisma político dentro de suas fronteiras. O caso mais extraordinário é o da União Soviética que, ainda ontem, repartia com os EUA o mérito duvidoso da hegemonia mundial na Guerra Fria; hoje, encontra-se a URSS fracionada pela crise econômica e pelas manifestações de independência das Repúblicas que a compõem. A crise foi tão longe, já havendo perdido o bloco da Europa Oriental, a União Soviética inicia um plano de 560 dias - o Plano Shatalin - para introduzir o regime capitalista de mercado na sua emperrada economia socialista de controles centrais. A idéia do socialismo, como ideologia humanitária, persiste. Mas é uma tese morta, como prática econômica.

O Plano Shatalin, que começa a ser implantado este mês, prevê três grandes passos na direção do capitalismo: primeiro, a reintrodução da propriedade privada, o que induzirá à privatização das estatais soviéticas; segundo, a desregulamentação da economia e dos preços, que são hoje controlados, para passarem a refletir adequadamente a escassez ou abundância relativa das mercadorias e serviços; terceiro, a descentralização regional, que prevê uma reforma tributária ampla, dando quase total autonomia às repúblicas da URSS. Esses três passos se completarão com a última etapa - a de transformar o rublo numa moeda forte e conversível, exigindo-se para tanto um Banco



Central independente.

Os países socialistas tendem a se partir em unidades menores, enquanto os de orientação capitalista buscam a união econômica em blocos regionais. Que exemplo seria válido para o Brasil de hoje? Diria que ambos. Porém, a ordem de absorção dessas novas e surpreendentes realidades não pode ser invertida. Antes de tentar a inserção num bloco regional mais amplo, nosso país deve, antes, operar a transformação dentro de suas próprias fronteiras.

O Brasil é, ainda hoje, dentro de si mesmo, um imenso bloco econômico; só que muito mal administrado. A renda nacional brasileira não é maior do que seria no caso de os estados da nossa República Federativa serem administrados de modo economicamente autônomo. Provavelmente, pelo contrário, a renda brasileira é menor, por não ser o Brasil um bloco de estados federativos autônomos.

Recente pesquisa conduzida na Universidade da Pennsylvania mostra como, em nível mundial, não há diferença sensível entre a renda per capita de países territorialmente pequenos e grandes; nos últimos 25 anos, a

renda de países considerados pequenos - como Taiwan, Chile, Suíça - tem até crescido mais rápido do que a de países de largo território ou população, mesmo levando em conta, na comparação, os graus de educação e de desenvolvimento econômico.

O novo Congresso Nacional, que acaba de ser sufragado nas urnas do dia três, como os novos governadores terão a missão histórica de ajudar o presidente Collor a fazer a descentralização econômica do Brasil. Essa transformação, tal como na União Soviética, começa por dar maioridade econômica aos estados. Novos encargos serão assumidos pelos governadores e assembleias legislativas.

Por outro lado, é preciso rever com urgência a atual legislação de ICMS e do IPI. Este último terá que ser integrado ao primeiro. O novo ICMS, por sua vez, deve passar a ser um imposto de vendas ao consumo, explícito no ato da transação, de modo a se tornar claro para o contribuinte, bem como beneficiar o erário do estado onde o produto ou serviço é efetivamente consumido. Por seu turno, a legislação comercial deve ser de tal ordem que reflita a relativa independência econômica dos estados. Se, por exemplo, o Rio Grande do Sul está mais próximo do mercado argentino, deve ter o direito de explorar essa vantagem de modo independente. O mesmo pode se dizer do Ceará, mais próximo aos mercados europeu e americano. O Rio de Janeiro, como área de atração mundial, poderia explorar melhor suas peculiaridades, localizando aí um centro financeiro internacional.

Apenas dessa maneira, devolvendo a independência de ação econômica aos estados, será possível estruturar a República Federativa como um bloco econômico articulado e capaz de buscar a integração internacional com seus vizinhos e parceiros.

■ Paulo Rabello de Castro é economista e diretor da RC Consultores Associados